A liberalização após 1998: bancos, mercados e a abertura do setor

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Durante três décadas após a independência, Singapura construiu seu centro financeiro sobre um paradoxo. No segmento offshore, no mercado de dólares asiáticos (Asian Dollar Market) e na SIMEX, era um dos mercados mais abertos da Ásia. No segmento onshore, no mercado bancário doméstico e na bolsa de valores, protegia um pequeno grupo de instituições locais com restrições de licenciamento, comissões de corretagem fixas e um regulador cauteloso, que preferia regras detalhadas à discricionariedade. O arranjo serviu bem à cidade enquanto a região crescia. No fim da década de 1990, o governo concluiu que isso já não acontecia. A tecnologia, a consolidação global e a abertura dos mercados financeiros sob os auspícios da Organização Mundial do Comércio ameaçavam deixar para trás um centro protegido.

Este capítulo examina o programa de reformas pelo qual Singapura abriu seus mercados bancário e de capitais à concorrência estrangeira entre 1997 e meados da década seguinte. Começa pelo Financial Sector Review Group e pelos comitês do setor privado que prepararam as reformas. Acompanha, em seguida, a abertura do mercado bancário doméstico aos bancos estrangeiros e a consolidação dos bancos locais de sete grupos em três. As seções seguintes tratam da reforma da bolsa de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

valores e dos mercados de capitais e da mudança de filosofia de supervisão, de regras uniformes para a avaliação de riscos. Uma seção sobre as consequências práticas e uma comparação com a Suíça e Hong Kong encerram o capítulo. A crise financeira asiática, que deu urgência às reformas, é objeto do capítulo anterior. A desmutualização das bolsas é tratada com mais detalhe no capítulo II desta parte, enquanto o capítulo I da parte E examina as leis que resultaram das reformas.

O volume sobre Genebra descreve como a Bourse de Genève, cujo pregão datava de 1855, foi absorvida por uma única bolsa eletrônica suíça que, no verão de 1996, já havia abolido o pregão viva-voz.[1] Nos mesmos anos, as autoridades federais de defesa da concorrência atacaram os acordos pelos quais os bancos suíços fixavam suas tarifas. Os dois processos diferiram em seus motores. Na Suíça, o direito da concorrência e a tecnologia pressionaram os bancos a abandonar arranjos que eles próprios haviam celebrado entre si. Em Singapura, o Estado que construíra o mercado protegido decidiu abri-lo, calibrou o ritmo da abertura e a usou como instrumento para fortalecer justamente as instituições que havia protegido.

O essencial

O Financial Sector Review Group, presidido por Lee Hsien Loong, iniciou em agosto de 1997 uma revisão fundamental da política para o setor financeiro e trabalhou por meio de comitês do setor privado sobre bancos, divulgação de informações, bolsa de valores, finanças corporativas e governança das bolsas. Em 17 de maio de 1999, a MAS (Monetary Authority of Singapore) anunciou um programa de cinco anos que criou as licenças de Qualifying Full Bank para bancos estrangeiros, aumentou o número de licenças bancárias restritas e eliminou o limite de 40% para participações estrangeiras em bancos locais. Entre 1998 e 2001, os sete grupos bancários locais se consolidaram em três: o DBS absorveu o POSBank, o UOB adquiriu o Overseas Union Bank e o OCBC adquiriu o Keppel TatLee. A Stock Exchange of Singapore e a SIMEX foram desmutualizadas e fundidas na Singapore Exchange em 1º de dezembro de 1999. As comissões de corretagem tornaram-se totalmente negociáveis a partir de 1º de outubro de 2000, e o Securities and Futures Act (SFA) introduziu, a partir de 1º de outubro de 2002, um regime baseado na divulgação de informações e uma licença modular única. A MAS passou de uma

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

regulação “tamanho único” (one-size-fits-all) para uma supervisão focada em riscos, que mais tarde formalizou em um modelo de impacto e risco que expressamente não pretende evitar toda e qualquer quebra.

Notas

1. Ressos, *Genève, place financière internationale*, parte D, capítulo II (“Radicalisme, chemins de fer et banques par actions”), citando o *Dictionnaire historique de la Suisse*, verbete « Bourses »: uma corbeille inaugurada em Genebra em 1855; “en été 1996, le commerce des actions et obligations était entièrement informatisé et le commerce à la criée appartenait au passé”. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com